

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS

-----Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e seis, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, Dr. António José Pereira Góis Santos Nascimento, coadjuvado pelo 1º Secretário, Senhor Fernando Manuel Duarte dos Santos e pela Dra. Ana Maria Serrazina Fonseca e Silva, Segundo Secretário – em substituição. -----

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

-----Dr. Pedro Filipe Miranda da Cruz Nobre, PS-----

-----Dr. Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

-----Dr. Rogério Mendes Coito, CDU -----

-----Dra. Hélia Maria Duarte M. Baptista, PSD -----

-----Senhora Maria Filomena Calisto Gabirro, PS -----

-----Dr. José Manuel da Ponte A. Onofre, PSD -----

-----Senhor José Roque Gameiro dos Santos, PS -----

-----Eng. Marco Filipe Firmo Caetano, PS-----

-----Senhor Délio Modesto Pereira, CDU -----

-----Eng. Maria Luísa de Freitas P.A. Dias, PSD -----

-----Senhor João José dos Santos Custódio Borges (em substituição), PS-----

-----Senhor José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

-----Eng. Pedro Miguel Barata de Almeida, PSD -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Senhor Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----
-----Senhor João Alfaia da Encarnação Leal (em substituição), PS-----
-----Senhor Manuel Luís Salgueiro, PS-----
-----Senhora Anabela Carona Damião Rodrigues, PS -----
-----Senhor Rogério Luís Dias Santos, PS -----
-----Dr. Fernando Manuel Silva Amorim, PS-----
-----Senhor Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
-----Senhor Joaquim Edgar Carreira Oliveira, PS-----
-----Senhor Fernando de Jesus Ramos, PS -----
-----Senhor Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS-----
-----Foi admitida a substituição de António José Amendoeira Pego (PS) por
João José dos Santos Custódio Borges e de João Paulo Ribeiro Almas (PS) por João
Alfaia da Encarnação Leal. -----
-----Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes
da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente, a Senhora Vereadora Dra. Rute
Ouro e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio. -----

FALTAS: Faltaram à sessão os seguintes Deputados Municipais: -----
-----Câncio Paulo Alenquer Ribeiro, PS-----
-----Francisco Manuel Miguel Colaço, BE-----
-----Maria Emília G. Soares, CDU -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Mesa, deu
início à sessão quando eram dezassete horas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----**Voto de Solidariedade – Recuperação Dr. Pedro Ribeiro e Sr. Victor Varela**-----

-----Deu início à sessão começando por cumprimentar os Deputados, os restantes elementos da Mesa e representantes da Câmara Municipal, a Comunicação Social e o Público.-----

-----Informou que tinha convocado a sessão nos termos do artigo 14º do Regimento através de protocolo, com a antecedência mínima de 8 dias úteis. De acordo com o artigo 15º, n.º 4 do Regimento, a Ordem do Dia foi elaborada pela mesa da Assembleia da qual consta obrigatoriamente o relatório de actividade e da situação financeira da Câmara Municipal e foi enviada a todos os membros da Assembleia com a antecedência mínima de pelo menos dois dias úteis sobre a data do início da reunião juntamente com os documentos que os habilitam a participar das matérias dela constantes.-----

-----Informou ainda que foram recebidos os pedidos de justificação de faltas de Fernando de Jesus Ramos e Manuel Alfredo Fabiano, relativamente à sessão de 29 de Setembro, as quais foram consideradas justificadas pela Mesa, nos termos do artigo 46º-A da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

-----De seguida, propôs ao Órgão Deliberativo que prestasse um Voto de Solidariedade no acompanhamento da recuperação do Dr. Pedro Ribeiro, e manifestou o desejo do mesmo voltar às sessões da Assembleia Municipal-----

-----Propôs ainda um voto de solidariedade na recuperação do Senhor Victor Varela.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade prestar um voto de solidariedade no acompanhamento da recuperação do Dr. Pedro Ribeiro, assim como, na recuperação do Sr. Vítor Varela.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----**Substituição do Deputado Municipal João Paulo Ribeiro Almas, PS** -

-----Informou também, que para a presente sessão deu entrada o pedido de substituição do Deputado Municipal João Paulo Ribeiro Almas, da bancada do PS, António José Amendoeira Pego, da bancada do PS, que ao abrigo dos artigos 78º e 79º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, serão substituídos, respectivamente, por João José dos Santos Custódio Borges (PS) e João Alfaia da Encarnação Leal (PS).-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: A acta da sessão ordinária anterior, realizada a vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, que tinha sido previamente distribuída, foi submetida à consideração da Assembleia e, sob proposta do Presidente, colocada à votação.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Pedi a palavra para esclarecer que iria votar contra a acta, numa posição individual, porque não concordava com a redacção da acta na página 45, quando interpela o Senhor Vice-Presidente sobre a presença do Senhor Presidente na reunião de Câmara onde foi decidido o direito de superfície do terreno ao Sport Lisboa e Cartaxo, onde se lê “*não tinha a certeza*”, e o que foi dito foi que “*tinha a certeza*”. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----**Pedido de esclarecimento - Substituição do Sr. Elias Rodrigues**-----

-----Começou a sua intervenção referindo que apesar de ir votar favoravelmente a acta solicitava à mesa esclarecimento sobre o procedimento desencadeado para o Senhor Pedro Miguel Carvalho Monteiro substituir o renunciante Sr. Elias Rodrigues (PS). Na sua opinião era um direito dos Deputados Municipais apresentarem um pedido de renúncia, no entanto, o mesmo não tinha sido apresentado à Assembleia, contrariamente ao estabelecido no artigo 51.º do Regimento “*a apreciação e a decisão sobre a justificação referida da renúncia de deputado cabe à Assembleia*”.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Por fim, referiu que a Assembleia não tomou conhecimento e não viu a “Tomada de Posse” do substituto Senhor Pedro Miguel Carvalho Monteiro.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a acta n.º 10 da sessão ordinária de 29 de Setembro de 2006, com 14 votos do PS, 5 abstenções do PS, 2 votos contra do PSD, 1 abstenção do PSD e 2 votos a favor da CDU. -----

-----**Declaração de voto**-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Esclareceu que a sua declaração de voto e da Dra. Hélia Maria Duarte M. Baptista assentava no facto de ambas terem ouvido o Senhor Vice-Presidente afirmar que o Senhor Presidente esteve presente na reunião de Câmara. -----

-----**Declaração de voto**-----

-----**SENHOR DEPUTADO PEDRO NOBRE, PS**-----

-----Informou que se absteve na votação porque não esteve presente na última sessão da Assembleia. -----

-----**Declaração de voto**-----

-----**SENHOR DEPUTADO FERNANDO RAMOS, PS**-----

-----Informou que se absteve na votação porque não esteve presente na última sessão da Assembleia. -----

-----**Declaração de voto**-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Informou que se absteve na votação porque não esteve presente na última sessão da Assembleia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

Declaração de voto

SENHOR DEPUTADO MANUEL FABIANO, PS

Informou que se absteve na votação porque não esteve presente na última sessão da Assembleia.

Declaração de voto

SENHORA DEPUTADA ANA FONSECA E SILVA

Informou que se absteve na votação porque não esteve presente na última sessão da Assembleia.

SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO (PSD)

Questionou o facto de a última sessão da Assembleia Municipal ter sido realizada a 29 de Setembro e a “Tomada de Posse” a 25 de Setembro, tendo os Deputados da Assembleia tomado conhecimento da renúncia do Sr. Elias Rodrigues apenas na sessão de 29 de Setembro, o que na sua opinião inviabilizava a referida “Tomada de Posse”.

SENHOR PRESIDENTE DA MESA

Esclarecimento - Substituição do Sr. Elias Rodrigues

Informou que o Senhor Deputado tinha tomado posse nos termos legais e atento o art. 76, n.º 4 da Lei 169/99 de 18 de Setembro e do art. 52.º do Regimento, a convocação do membro substituto compete à entidade referida no n.º 2 do mesmo artigo, designadamente ao Presidente do Órgão e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o acto de instalação ou reunião do órgão e estiver presente o respectivo substituto, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito.

Neste caso concreto, o Deputado Elias Rodrigues solicitou por escrito a renúncia no dia vinte e dois de Setembro de dois mil e seis e no mesmo dia foi

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

convocado o Senhor Pedro Miguel Monteiro para tomar posse no dia vinte e cinco do corrente ano. No dia da tomada de posse, foi dado conhecimento ao deputado renunciante da sua substituição, documentos que passo a ler e cujo o teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente acta sob o n.º 1: -----

-----**Comunicação do renunciante:**-----

-----“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Cartaxo. Elias José Fernandes Batista Rodrigues, Membro da Assembleia Municipal do Cartaxo, vem nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 76º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, diploma que estabelece o quadro de competências, assim como, o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos do município e das freguesias, renúncias, com efeitos reportados a 22 de Setembro, ao cargo do Membro da Assembleia Municipal, com fundamentos em motivos de natureza profissional e pessoal. Aproveito a oportunidade para saudar os senhores “Deputados Municipais” e expressar a minha esperança e confiança, que o vosso exemplo de conduta e o rigor das vossas intervenções e decisões, sobre o nosso futuro colectivo, não sejam um conjunto de palavras vãs, mas sim tomadas em consciência de forma a dignificar e erguer bem alto o nome do nosso Concelho.-----

-----Cartaxo, 22 de Setembro de 2006. -----

----- Elias José Fernandes Batista Rodrigues”. -----

-----**Notificação ao substituto:**-----

-----“Tendo em conta a comunicação da renúncia ao mandato de Senhor Deputado Municipal Elias Rodrigues, nos termos do artigo 76º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, notifico V. Exa. para substituir o referido Deputado Municipal no seu mandato. Mais se informa que, caso não comunique por escrito da sua impossibilidade de assegurar as funções acima referidas, fica desde já convocado para tomar posse no dia 25 de Setembro, pelas 18.00 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

----- Com os melhores cumprimentos. -----

-----O 1º Secretário da Assembleia Municipal”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

----- **Termo de Posse:** -----

----- “*Assembleia Municipal do Cartaxo.* -----

----- *Termo de Posse de Pedro Miguel Carvalho Monteiro, casado, residente em Quinta das Correias, lote 5, bloco 1, rés-do-chão direito, Cartaxo, portador do Bilhete de Identidade N.º 11361518, emitido em 30/06/2004, pelos Serviços de Identificação Civil de Santarém, toma posse como membro da Assembleia Municipal do Cartaxo, substituindo Elias José Fernandes Batista Rodrigues, no mandato para o qual foi eleito pela mesma lista de candidatos em nove de Outubro de 2005. Cartaxo, Paços do Concelho, aos 25 dias do mês de Setembro de 2006.* -----

----- *Assina Pedro Miguel Carvalho Monteiro e o 1.º Secretário da Assembleia Municipal*”. -----

----- **Comunicação de substituição ao Renunciante:** -----

----- “*Na sequência da sua comunicação de renúncia ao mandato comunico a V. Exa. que procedi à sua substituição, no dia 25 de Setembro, pelo elemento a seguir posicionado na lista dos eleitos, Pedro Miguel Carvalho Monteiro, pelo que se consideram cessadas as suas funções.* -----

----- *Com os melhores cumprimentos.* -----

----- *O 1.º Secretário da Assembleia Municipal*”. -----

----- **SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO, PS** -----

----- **Esclarecimentos – Procedimento substituição/Renúncia** -----

----- *Começou a sua intervenção por cumprimentar os presentes e de seguida, referiu que o novo Regimento foi tido em conta, dado que o caso em análise tem enquadramento no âmbito do artigo 52.º, n.º 4, que estabelece “O membro substituto deve ser convocado por quem está a proceder à instalação ou pelo presidente da assembleia, consoante o caso, e tem lugar no período que medeia entre a comunicação de renúncia e a 1.ª reunião que se seguir e se realizar”.* -----

----- *Esclareceu ainda que o artigo. 51.º não se aplica ao caso concreto mas sim à falta do eleito local ao acto de instalação da Assembleia.* -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----Informou que não se tinha referido ao artigo 52º mas sim ao artigo 51º do Regimento, sobre o qual gostava de ver esclarecida a sua interpretação, quando estabelece que “a apreciação e a decisão sobre a justificação referida ao pedido de renúncia, cabe à Assembleia e deve ter lugar na primeira reunião a seguir à apresentação”, o que não foi efectuado. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Informou os presentes que se encontra disponível para consulta a correspondência recebida pela Assembleia Municipal. -----

-----Deu conhecimento que, nos termos do artigo 19º do Regimento, foi apresentado um pedido de intervenção do Município Abner Manuel Vaz Mendes Correia, residente na rua do Olival, na freguesia de Ereira. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Começou a sua intervenção por referir que não tinha obtido resposta aos requerimentos apresentados, pelo que tinha escrito uma carta ao Senhor Presidente da Assembleia a requerer a sua resposta. -----

-----Questionou o executivo municipal presente naquela sessão se a Associação de Comerciantes do Cartaxo (ACC) tinha sido consultada sobre a animação de Natal ter sido desenvolvida pela Associação Comercial e Empresarial de Santarém. -

-----Por último, referiu que a limpeza das bermas de Vila Chã de Ourique não era eficaz e que a ciclovía se encontrava em mau estado. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FERNANDO AMORIM, PS**-----

-----**Valorização - vias de comunicação – Saúde**-----

-----Referiu que a sua intervenção tinha dois pontos distintos; o primeiro sobre a estratégia adoptada pela Câmara Municipal pela valorização das vias de comunicação com intuito de abrir o concelho do Cartaxo ao exterior. Neste sentido, alertou para o mau estado do pavimento da variante 365.2. e apelou ao executivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

municipal que se empenhasse ainda mais na desclassificação da mesma, bem como, na concessão do Viaduto de Santana e da Variante à Nacional nº3. -----

-----Como segundo ponto congratulou o executivo municipal pela luta que tem desenvolvido relativamente à saúde no Concelho, através da abertura e alargamento do período do Centro de Saúde do Cartaxo, pelas obras executadas e postos médicos, bem como, a nova sede da Associação Humanitária, na Freguesia de Pontével.-----

-----**SENHOR DEPUTADO DÉLIO MODESTO PEREIRA, CDU** -----

-----**Sport Lisboa e Cartaxo** -----

-----Pedi a palavra, apresentou os cumprimentos aos presentes e começou por falar no processo do Sport Lisboa e Cartaxo dizendo que se “arrasta” há mais de vinte anos e continua por resolver. Acrescentou que a Câmara Municipal, no executivo do Dr. Renato Campos, tinha cedido um terreno a preço simbólico na Zona Industrial de Vila Chã de Ourique. Posteriormente, o mesmo terreno foi cedido pela Câmara Municipal a outras empresas, salientou que o Dr. Conde Rodrigues visitou a antiga sede do Sport Lisboa e Cartaxo e assinou um documento em que o Clube iria usufruir do direito de superfície de um campo no complexo da Quinta das Pratas, estando contudo dependente de aquisição de uma propriedade de um emigrante.-----

-----Relativamente ao mandato do Dr. Paulo Caldas, disse que a Câmara Municipal deliberou ceder um terreno ao lado do futuro gimnodesportivo, o qual foi aprovado em Acta de 18 de Setembro de 2005, no entanto o actual executivo municipal posteriormente alterou aquela deliberação. -----

-----Relembrou que foi prometido que o campo ia ter um piso sintético, cujo processo dependia da revisão do actual PDM e do acordo a estabelecer ou não com o proprietário do Campo das Pratas. -----

-----Concluiu, questionando o executivo sobre este assunto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Leu uma comunicação da Deputada Municipal Prof. Maria Emília G. Soares:-----

-----“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Cartaxo,-----

-----Venho comunicar a V. Exa. que no dia 21 de Dezembro de 2006 não poderei estar presente no início dos trabalhos da Assembleia Municipal por motivos particulares. Assim se chegar em tempo útil participarei nos trabalhos.-----

-----Com os meus cumprimentos.-----

-----A Deputada Municipal da CDU.-----

-----Maria Emília da Graça Soares”.-----

-----Seguidamente deu a palavra ao Sr. Deputado José Francisco Fernandes. -

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO FERNANDES, PS**-----

-----**Encerramento de Escola Casais da Amendoeira**-----

-----Cumprimentou os presentes e referiu que teve conhecimento do encerramento da Escola Primária dos Casais da Amendoeira através do jornal «O Povo do Cartaxo».-----

-----Salientou a importância da referida Escola, na medida em que procura atingir uma melhor qualidade de vida das crianças e demonstrou o seu desagrado com aquela situação.-----

-----Seguidamente leu, em nome da Grupo do PS, a seguinte moção contra o encerramento da Escola Primária dos Casais da Amendoeira, em Pontével:-----

-----“**Encerramento da Escola dos Casais da Amendoeira, em Pontével**--

-----*Nos termos da alínea a), do Artigo 16º do Regimento em vigor, vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista manifestar a sua preocupação pelo encerramento da Escola dos Casais da Amendoeira e apoiar a posição do executivo da Câmara Municipal do Cartaxo da sua última Reunião de 14 de Dezembro, bem como na reunião do Conselho Municipal da Educação, realizada a 15 de Dezembro, e após ouvidos os encarregados de educação dos alunos e professores daquela Unidade Básica de Ensino, bem como a Junta de Freguesia de Pontével na qual o Município do*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

Cartaxo recusa o encerramento da Escola Básica dos Casais da Amendoeira, em Pontével.-----

-----*A distância a que aquela aldeia se situa da vila de Pontével, a tipologia de horários escolares a funcionar no estabelecimento, as características de desenvolvimento económico e social, presentes e futuras, da população residente levam todos os intervenientes neste processo a rejeitar liminarmente a hipótese de suspensão do funcionamento daquela escola.*-----

-----*Neste momento, existem 19 alunos a estudar naquele estabelecimento. No futuro, face ao crescimento populacional previsível para aquela aldeia, este número poderá aumentar.*-----

-----*Vem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista afirmar que actualmente não existem condições que conduzam ao encerramento daquela escola se tal acontecesse, as dificuldades logísticas de transporte, serviço de refeições e outras inerentes iriam conduzir a um retrocesso enorme na qualidade pedagógica e no ensino daqueles alunos, o que contraria certamente as directrizes e reformas do Ministério da Educação.*-----

-----*Assembleia Municipal do Cartaxo*-----

-----*Cartaxo, 21 de Dezembro de 2006*”-----

-----**SENHORA DEPUTADA HÉLIA BAPTISTA, PSD**-----

-----**Encerramento de Escola Casais da Amendoeira**-----

-----Referiu que estava de acordo com a “moção contra o encerramento da Escola Primária dos Casais da Amendoeira” distribuída pelo Grupo do PS.-----

-----Neste sentido, questionou qual a informação oficial do Poder Central que encerrava a Escola e afirmou que, nos últimos anos, os representantes do Ministério da Educação não tinham em conta a opinião dos representantes locais das escolas, nem a posição das Câmaras Municipais.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----1º SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA – FERNANDO SANTOS -----

-----De seguida, colocou a votação a moção contra o encerramento da Escola Primária dos Casais da Amendoeira, em Pontével. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção contra o encerramento da Escola Primária dos Casais da Amendoeira, apresentada pelo Grupo do PS, com 18 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD e 2 votos a favor da CDU. -----

-----SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO, PS -----

-----OPEL-----

-----Pedi a palavra à mesa e referindo-se ao encerramento da «OPEL», na Azambuja, apelou ao Executivo no sentido de providenciar o alargamento das áreas empresariais como forma de combater a dificuldade de emprego na região e alcançar emprego de qualidade.-----

-----SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU -----

-----Leu uma “moção sobre a saudação aos trinta anos do poder local”: -----

----- Saudação aos trinta anos do Poder Local -----

-----“*Perfazem-se este ano 30 anos que foi instituído o poder local em Portugal. Saído da Revolução de Abril de 1974 foi a 12 de Dezembro de 1976 que se realizaram as primeiras eleições para as autarquias locais, do que foi a sua caminhada destes 30 anos, numa política de proximidade com os cidadãos, falam as obras de algumas acções nas autarquias que podem demonstrar o que mais de genuíno a revolução de Abril legou. Na diversidade de centenas de municípios nem todos certamente terão tido necessidade do recado presidencial, no entanto 30 anos é um tempo certo, para um balanço positivo, pela certa, a marcar o país, pelo que propomos um voto de saudação a esta efeméride.*” -----

-----Em seguida, leu uma recomendação ao Executivo Municipal: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----“Ao abrigo do regimento da Assembleia Municipal vimos pela presente recomendar a atenção do executivo à preservação do espaço de uma zona do Museu Rural e do Vinho, onde numa das salas chove, estragando legendas que se encontram afixadas nas paredes, e onde é notório nos barrotes que servem de suporte começaram a apodrecer. Para além do cheiro, a humidade que se nota, quem desce os degraus para observar os rótulos das garrafas de vinho nota-se que há manchas de musgo que nem a lavagem com lixívia, certamente tirará. Uma obra inaugurada em 1993, portanto com 13 anos e que contrasta com outras até mais antigas. Mas há outros espaços a merecerem a atenção, como por exemplo a taberna que é o ex libris do conjunto rural, que bem merece atenção, pois também lá chove.”-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção sobre a saudação aos trinta anos do poder local, apresentada pelo Grupo da CDU, com 19 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD e 2 votos a favor da CDU.-----

-----**SENHOR DEPUTADO MARCO CAETANO, PS**-----

-----**Encerramento de Escola Casais da Amendoeira**-----

-----Cumprimentou os presentes e em nome da Juventude Socialista referiu que iam apoiar todos os jovens e população dos Casais da Amendoeira com o intuito de manter aberta a Escola Primária dos Casais de Amendoeira, uma vez que o bem-estar das crianças devia ser acautelado.-----

-----Acrescentou que depois da homologação da «Carta Educativa» era preciso que a autarquia estivesse atenta e interviesse junto do governo central com o objectivo de reestruturar o parque escolar do concelho do Cartaxo. -----

-----Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista salientou que a segurança do concelho era um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento económico-social. Referiu ainda que mesmo com os novos acessos, nomeadamente, o nó directo à A1, a Variante por Aveiras de Cima e o terminal ferroviário, a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

criminalidade no Cartaxo não aumentou pelo contrário tem vindo a descer, graças à participação activa das forças de segurança do concelho, PSP e da GNR. -----

-----Neste contexto, salientou que o Grupo Parlamentar do PS vai reivindicar junto do Governo Central a presença de mais efectivos, tanto na PSP como na GNR. ---

-----Por último, deixou um voto de boas festas a todos os militares da GNR e PSP que abdicam das festas familiares em prol da segurança do concelho. -----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA, PSD**-----

-----Desejou as boas festas a todos os colaboradores, trabalhadores municipais e restantes membros da Assembleia, a comunicação social e ao público presente. -----

-----**Votos de convalescença** -----

-----Em nome do Grupo Parlamentar do PSD desejou ao Dr. Pedro Ribeiro uma rápida convalescença, bem como o desejo do mesmo voltar às sessões da Assembleia Municipal bem como ao exercício das suas funções no executivo municipal. -----

-----Desejou ainda votos de rápidas melhoras ao Senhor Victor Varela.-----

-----**OPEL**-----

-----Relativamente ao encerramento da fábrica Opel, na Azambuja, referiu que cerca de mil e setecentas pessoas vão ficar no desemprego, apesar de os Presidentes de Câmara das autarquias mais próximas da Azambuja terem tomado posições públicas sobre o problema e de terem solicitado ao Governo que encontrasse uma solução.-----

-----Relembrou que o Governo decidiu recentemente que fossem criadas plataformas logísticas, nomeadamente na Castanheira do Ribatejo, o que irá criar bastantes postos de trabalho mas, no seu entendimento, o Governo ao dar prioridade aquela plataforma logística, fez com que os outros parques de negócio ficassem irremediavelmente perdidos para os próximos anos porque como o local é dotado de boas acessibilidade as empresas irão escolhê-lo para instalação. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

Sport Lisboa e Cartaxo

Sobre o processo do Sport Lisboa e Cartaxo comunicou que quando foi eleito como dirigente desportivo tinha assumido que não faria comentários políticos, o que não o impedia que enquanto dirigente político não o pudesse fazer. Neste sentido, informou que se revia no comentário do Deputado Municipal Délio Pereira e no documento que a Direcção do Sport Lisboa e Cartaxo tinha distribuído aos Senhores Deputados Municipais.

Forças de Segurança

Quanto à questão da segurança no concelho abordada pelo Deputado Municipal Marco Caetano, lembrou que todas as bancadas estiveram unidas para o reforço dos contingentes da GNR e da PSP no concelho e que à data até tinha sido feita referência ao facto de existir necessidade de se alargar o perfil urbano do Cartaxo a Vila Chã de Ourique, e eventualmente, integrar uma parcela de Vale da Pinta, com o objectivo de se atingir um aglomerado urbano, e desta forma convencer o Ministério da Administração Interna de que a PSP devia permanecer no Cartaxo.

Acrescentou ainda que Ministério da Administração Interna, no final do mês de Março de 2007, irá provavelmente dar uma decisão definitiva sobre esta matéria.

Política do “Bota abaixo”

Por fim, referiu que tinha lido uma deliberação numa acta da reunião de Câmara Municipal e que não tinha gostado do comentário proferido pelo Senhor Presidente na declaração de voto, que elogiava os actuais Vereadores do PSD e em contrapartida apelidou os antigos Vereadores de fazerem política de “bota abaixo”.

SENHOR PRESIDENTE DA MESA -

Requerimento - Prorrogação do Prazo

Deu conhecimento que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento a solicitar, ao abrigo do regimento da Assembleia Municipal, a prorrogação do período antes da Ordem do Dia, por um período de trinta minutos, e de seguida colocou o referido requerimento a votação.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o requerimento de prorrogação do período de antes da ordem do dia apresentado pelo Grupo do PSD, com 12 votos a favor do PS, 2 votos contra do PS, 4 abstenções do PS, 5 votos a favor do PSD e 2 votos a favor da CDU. -----

-----**Declaração de voto:**-----

-----**Prorrogação do Prazo**-----

-----**SENHOR DEPUTADO MARCO CAETANO, PS**-----

-----Justificou o seu voto contra com fundamento no facto de a ordem de trabalhos ser bastante extensa, e não considerar legítimo que se atrasasse a sessão em virtude de alguns deputados não terem respeitado o tempo regulamentado no regimento.-----

-----**SENHOR DEPUTADO MANUEL SALGUEIRO, PS**-----

-----**Sport Lisboa e Cartaxo**-----

-----Começou a sua intervenção por referir que, no seu entendimento, talvez devesse ter existido mais diálogo entre a Câmara Municipal do Cartaxo e o Sport Lisboa e Cartaxo. Neste sentido, apelou para que a Câmara e o Clube reunissem de modo a atingir um acordo para se ultrapassar este problema, para o bem das crianças, jovens e da comunidade.-----

-----Informou os presentes que durante o período de 8 de Dezembro a 7 de Janeiro de 2007, as ruas da cidade do Cartaxo, com maior actividade comercial, irão estar iluminadas com efeitos alusivos à época natalícia, nomeadamente, a Rua Batalhoz, Rua Serpa Pinto, Avenida Mestre Cid, Rua 5 de Outubro e as rotundas da cidade. Acrescentou ainda que a Câmara Municipal iria ter o mesmo procedimento em relação às oito freguesias.-----

-----Por fim, concluiu referindo que a partir do próximo dia 15 de Dezembro e de acordo com o protocolo celebrado entre a Associação Comercial e Empresarial de Santarém e a Câmara Municipal do Cartaxo, as ruas da cidade irão desfrutar de diversas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

actividades e de animação como forma de dinamizar, dignificar e promover o comércio tradicional bem como o centro urbano.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----**Sport Lisboa e Cartaxo**-----

-----Quanto à questão do Sport Lisboa e Cartaxo referiu que, na sua opinião, estava em causa uma questão de equidade perante as outras instituições e colectividades do concelho, uma vez que a Câmara Municipal tem sido pródiga, quer na construção de sedes, quer na cedência de terrenos ou em outros equipamentos de âmbito desportivo/cultural às colectividades do concelho. -----

-----Salientou que o Sport Lisboa e Cartaxo, durante os últimos quatro anos, foi a colectividade do concelho mais prejudicada, em termos de verbas distribuídas proporcionalmente ao trabalho desenvolvido bem como, nas infra-estruturas desportivas. -----

-----Acrescentou que os outros clubes já têm os seus campos sintéticos e que ao Sport Lisboa e Cartaxo eram atribuídos vários campos, tais como, o Estádio Municipal, o Campo das Pratas e o Campo da Escola Secundária do Cartaxo, mas na realidade acabava por não ter nenhum. -----

-----Referiu que ao contrário do que se comentava as obras realizadas no Campo da Escola Secundária do Cartaxo não foram para o referido clube senão a Câmara Municipal não teria recusado passar um documento a atribuir o espaço ao clube.-----

-----Por fim, concluiu referindo que, na sua opinião, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha falta de vontade política para resolver os problemas do Sport Lisboa e Cartaxo, em comparação com as outras colectividades do concelho. -----

-----**SENHOR DEPUTADO FERNANDO AMORIM, PS**-----

-----**Encerramento da Escola dos Casais da Amendoeira**-----

-----Começou a sua intervenção por relevar a actuação da freguesia de Pontével, nomeadamente em iniciativas construtivas na área da educação, tais como a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

realização de obras em todas as escolas do ensino básico, o apoio a estudantes universitários e ainda a criação de um quadro de excelência que distingue os melhores alunos. -----

-----Por fim, manifestou todo o apoio na luta pelo não encerramento da Escola dos Casais da Amendoeira.-----

-----SENHORA DEPUTADA ANA FONSECA E SILVA, PS -----

-----Cartaxo - 191.º Aniversário de elevação a concelho-----

-----“O Concelho do Cartaxo assinalou no passado Domingo, **dia 10 de Dezembro, o seu 191º aniversário**, com a presença de munícipes, autarcas, representantes de instituições e forças vivas do Concelho.-----

-----Este ano, a data foi mais uma vez assinalada com a entrega de Medalhas e Diplomas de Mérito a instituições e personalidades que se distinguiram pelos bons serviços prestados ao Município, numa Sessão Solene que decorreu nos Paços do Concelho.-----

-----A Saber: -----

-----O Dr. Walter Valdemar Pego Marques (que desempenhou funções de Administrador do Banco de Portugal de 1974 a 1981, foi Secretário de Estado do Comércio em 1981, Secretário de Estado do Tesouro entre 1981 a 1983, Secretário de Estado Adjunto e do Tesouro de 1995 a 1996, autor de diversos trabalhos na área da Economia, Finanças e Política Monetária.-----

----- Dr. Hélder Ferreira Travado (nasceu no Cartaxo a 20 de Setembro de 1929, tendo feito uma incursão pela vida política autárquica entre 1989 e 1996, como vereador da Câmara Municipal do Cartaxo) foram as personalidades homenageadas. No que toca às instituições, a autarquia homenageou a Casa do Povo de Pontével, a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e Associação Comunitária de Assistência Social de Vila Chã de Ourique.-----

-----A Assembleia Municipal do Cartaxo reunida a 21 de Dezembro de 2006 vem igualmente associar-se a esta homenagem bem como reconhecer a importância do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

mérito das personalidades e instituições envolvidas como contributo para o desenvolvimento do nosso concelho. -----

-----*Assembleia Municipal do Cartaxo*” -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Questionou se existia alguma intervenção e de seguida, colocou a referida moção a votação. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a “moção sobre o 191º Aniversário de elevação a Concelho” apresentada pelo Grupo do PS, com 18 votos a favor do PS, 3 votos a favor do PSD e 2 votos a favor da CDU.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Resposta às questões dos Grupos Parlamentares**-----

-----**Comércio Tradicional**-----

-----Começou a sua intervenção referindo que tinha incentivado a dinamização do comércio tradicional porque entendia ser fundamental o associativismo empresarial e comercial. Acrescentou que a Câmara Municipal tem estado ao lado dos comerciantes, procurando através de iniciativas dinamizar o comércio que atravessa uma fase difícil.-----

-----Informou que a Associação Comercial e Empresarial de Santarém (ACES) se tinha candidatado a fundos públicos para desenvolver a sua actividade durante os anos de dois mil e seis e dois mil e sete. Neste contexto, esclareceu que a Associação Comercial do Cartaxo (ACC) também tinha sido contactada no mesmo sentido, no entanto não teve condições para avançar com o projecto. -----

-----Ainda sobre esta matéria sublinhou que a candidatura da Associação Comercial e Empresarial de Santarém foi apresentada ao Município do Cartaxo bem como a outros municípios da Lezíria do Tejo. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Concluiu dizendo que aquela deliberação foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara Municipal. -----

-----Agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Junta de Pontével, Deputado Municipal Fernando Amorim, no que respeita às suas preocupações quanto às acessibilidades e beneficiações das estradas.-----

Encerramento da Escola Primária dos Casais da Amendoeira-----

-----Quanto ao encerramento da Escola Primária dos Casais da Amendoeira referiu que a escola tinha vinte alunos, de acordo com o critério numérico que o Ministério da Educação utiliza, a mesma já não estaria no limite do encerramento, assim sendo nas reuniões que tem mantido com a DREL, com o CAI, bem como, com a Secretaria de Estado tem insistido na manutenção da Escola dos Casais da Amendoeira.

-----Acrescentou ainda que a Assembleia Municipal, o executivo e todas as entidades vão lutar pela permanência da Escola, até que haja a consolidação da carta educativa.-----

-----Informou que a carta educativa já tinha sido homologada no dia 20 de Dezembro, em Viana do Castelo. -----

Recomendação da CDU-----

-----Agradeceu a recomendação da CDU sobre o Museu do Vinho e a outros equipamentos que na sua opinião também necessitavam de ser salvaguardados. -----

Plataforma logística da Castanheira do Ribatejo-----

-----Quanto à plataforma logística da Castanheira do Ribatejo referiu que, apesar de concorrente, os restantes parques de negócios não vão ficar desertos ou com pouca viabilização, pois devem existir condições para que os mesmos sejam consolidados. Na sua opinião, o governo agiu mal ao aprovar a referida plataforma e relembrou que, para o Município do Cartaxo, aprovar um Plano de Pormenor em relação ao Casal Branco tinham sido precisos cinco anos, o que demonstrava um tratamento diferenciado.-----

-----Sobre a Zona Industrial do Falcão informou que, de acordo com informações que obteve, o processo de viabilização do plano de pormenor irá ser célere

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

e que em princípio vai ser lançada uma candidatura ao projecto PIN – Projecto de Interesse Nacional. -----

-----Em relação a este assunto informou que tem estado em contacto com o senhor ministro e com o senhor secretário de Estado, e que os mesmos garantiram que a Autarquia do Cartaxo ia ser ouvida antes de ser tomada alguma posição.-----

-----**Política do “Bota Abaixo”**-----

-----Em resposta ao Deputado Municipal Vasco Cunha sobre a política do “bota abaixo”, reiterou ter proferido aquela afirmação, uma vez que a política do último mandato seguida pelo PSD tinha sido de crítica destrutiva, pois poucas ou nenhuma propostas concretas tinham sido apresentadas para o bem estar e desenvolvimento do concelho, ao contrário dos actuais Vereadores do PSD. -----

-----**Sport Lisboa e Cartaxo**-----

-----Relativamente ao Sport Lisboa e Cartaxo referiu que, provavelmente, tinha sido o Presidente do Município do Cartaxo que mais lutou pelo desenvolvimento do desporto e mais apoiou o SLC, como se podia comprovar nos protocolos outorgados, bem como, nos equipamentos construídos e ainda, nos apoios que a Câmara concede à actividade regular e à formação. No entanto, não tinha culpa de assumir heranças com cerca de vinte anos, mas que assumia tal responsabilidade e acreditava que ia conseguir resolver este e outros quaisquer problemas que aparecessem.-----

-----**SENHORA DEPUTADA ENG. LUÍSA PATO**-----

-----**Defesa de honra**-----

-----Em defesa da honra solicitou a palavra ao Senhor Presidente da Mesa e de seguida, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara referindo que, por muitas vezes, que aquele repetisse uma mentira, a mesma não passaria a ser verdade. Neste sentido, salientou que o PSD tinha aprovado “de coração aberto” a proposta do Senhor Presidente de criação de um plano de contenção orçamental, por entender ser uma proposta positiva e tendente a resolver alguns problemas financeiros da autarquia que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

incluía a diminuição das horas extraordinárias e mais algumas medidas, mas que tinha sido o próprio Presidente que não tinha cumprido essa proposta. -----

-----Sobre a questão relativa ao Sport Lisboa e Cartaxo referiu que as afirmações proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara também não passavam a ser verdade por serem referidas de forma reiterada, nomeadamente a sua presença na reunião de cedência do terreno ao referido clube. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Excedido o tempo para a defesa da honra o Senhor Presidente da Mesa interrompeu a sessão para intervalo. -----

-----Retomada a sessão deu-se início à análise e discussão da Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO N.º1 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, COM AS ULTERIORES ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA** -----

-----Sobre o primeiro ponto da ordem de trabalhos questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia intervir para prestar algumas explicações circunstanciadas, e para qualquer esclarecimento que os Senhores Deputados entendessem por conveniente. De seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado Rogério Coito. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----**Análise do Relatório**-----

-----Começou a sua intervenção por referir que se comparassem a rubrica de dívidas a terceiros, na informação da situação financeira (página 18) com a situação de há três meses atrás (31/08/2006), constatavam que a mesma tinha aumentado em cerca de € 656.427,53 (seiscentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e sete euros e cinquenta e três cêntimos).-----

-----Relativamente às dívidas a terceiros de médio e longo prazo também se constatava que tinham subido, em três meses, cerca de € 2.000,00 (dois mil euros).-----

-----Por fim, acrescentou que o serviço de médio e longo prazo, amortizações e juros, tinha aumentado € 166.281,00 (cento e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e um euros).-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Análise do Relatório**-----

-----Esclareceu que no plano de consolidação financeira tinha sido pressuposto a existência da dívida financeira global apresentada (curto, médio e longo prazo), ou seja, cerca de vinte e dois milhões e meio de euros.-----

-----Relativamente à dívida a médio e longo prazo explicou que o crescimento referido pelo Senhor Deputado era respeitante a empréstimos que tinham sido contraídos e ainda não utilizados.-----

-----Quanto à dívida a terceiros de curto prazo referiu que o valor que deviam ter como referência era o valor global da dívida, correspondente a treze milhões de euros que envolve cerca de sete milhões de euros da antecipação da receita, quatro milhões dos acordos de pagamento e mais dois milhões do factoring municipal.-----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA, PSD**-----

-----**Análise do Relatório**-----

-----Começou por intervir fazendo referência à página n.º 17, pois há cerca de um ano atrás o então Deputado Municipal Elias Rodrigues tinha defendido a questão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

das transferências de capital e das aquisições de bens de capital e que em jeito de brincadeira tinham feito uma «aposta» sobre o orçamento, tendo defendido à data que o mesmo não iria ser cumprido. Nestes termos, salientou que se analisassem as receitas de capital constatavam que tinham no orçamento o montante de 15 milhões e 600 mil euros e apenas tinham sido concretizados cerca de 3 milhões e 235 mil euros. -----

-----Acrescentou que nas despesas de capital estava orçamentado 14 milhões e 400 mil euros, tendo sido executado até 30 de Novembro, 3 milhões e 880 mil euros, com uma diferença de 11 milhões de euros. -----

-----Em conclusão, disse não acreditar que num mês estes resultados se alterem substancialmente e acrescentou que a previsão orçamental para o encerramento do ano iria andar na casa dos 60%. Quanto ao mapa do endividamento referiu que registava que a evolução de 31 de Agosto para 30 de Novembro estava no facto de a dívida ter crescido 2 milhões de euros, no lado do médio e longo prazo e ter decrescido cerca de 2 milhões no curto prazo. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Análise do Relatório**-----

-----Esclareceu que se chegassem aos 60% da execução do orçamento estavam a cumprir a média nacional, num período extremamente difícil de execução autárquica, e em Abril iriam ter a oportunidade de verificar como a execução se irá concretizar. -----

-----Referiu ainda que a receita não cresceu como tinha sido estimada, o que significava que não dava para concretizar despesa, no entanto, realçou que a Câmara Municipal do Cartaxo continuava a aprovar e homologar reforços de candidaturas, ao Quadro Comunitário em vigor, como é o caso do Centro Cultural – Município do Cartaxo, das Escolas Primárias de Pontével e Vale da Pedra e ainda do Estádio Municipal. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA, PSD**-----

-----**Análise do Relatório**-----

-----Retorquiu quanto às palavras do Senhor Presidente relativamente aos 60% pois, na sua opinião, não estão na média nacional e lembrou que os orçamentos de 2003 e 2004 tiveram execuções na ordem dos 90%.-----

-----Referiu que à data da discussão e aprovação do orçamento tinha afirmado que o orçamento estava “*martelado*” com cerca de 14 milhões de euros que tinham sido inscritos no orçamento e provinham de fundos comunitários e de contratos-programas com a administração central, o que na altura o tinha levado a afirmar que o quadro comunitário estava a terminar e os contratos-programa tinham que estar inscritos.-----

-----Por fim, referiu que eram estes 14 milhões de euros que faziam a diferença da execução financeira de 60% para os 90% dos orçamentos de 2003 e 2004.

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Análise do Relatório**-----

-----Referiu que se fosse efectuada uma média dos últimos dez anos o grau de execução seria acima dos 85%. Acrescentou que tinha defendido um período de maior esforço de investimento que iria ter como consequência um período de consolidação financeira, nos anos de 2005, 2006 e 2007, e que se tudo corresse como esperava no quadro comunitário de apoio iam ter até 2013 um período de decréscimo em termos de execução.-----

-----Por fim, apelou que fizessem uma leitura do orçamento plurianual detalhada e constatavam que o Município tem tido um comportamento equilibrado. ----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA, PSD**-----

-----**Análise do Relatório**-----

-----Respondeu ao Senhor Presidente referindo que só concebia a lógica da consolidação orçamental do lado da receita. No entanto tinham sido apresentados no lado da despesa 19 milhões que se tencionavam receber para investir 18 milhões, ora a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

existir consolidação seria sempre do lado corrente, uma vez que da despesa corrente provinham 12 milhões. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Análise do Relatório**-----

-----Acrescentou que era necessário existir poupança corrente (receita menos a despesa corrente) para existir consolidação financeira e no fim do ano ia demonstrar a existência da poupança corrente, tal como tem existido nos últimos anos à excepção do ano passado.-----

PONTO N.º 2 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA MUNICIPAL TOMADA EM REUNIÃO DE 14/12/06, SOBRE A PROPOSTA DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO EM DIREITO DE SUPERFÍCIE À RUMO 2020, E.M. NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEAS A) DO N.º 6 DO ARTIGO 64.º E ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, COM AS ULTERIORES ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Antes de colocar o ponto dois a votação e discussão deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma explicação circunstanciada sobre o assunto. ----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Alienação de parcela de terreno RUMO 2020**-----

-----Informou que o executivo estava disponível para qualquer esclarecimento tido por conveniente pelos Deputados Municipais e acrescentou que a cedência do direito de superfície por vinte e cinco anos visa a consolidação do Pavilhão Desportivo Municipal, tal como consta das Grandes Opções do Plano. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**2.º SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO - ANA FONSECA E SILVA**-----

-----**Alienação de parcela de terreno RUMO 2020**-----

-----Na sequência do deliberado na reunião de Câmara, do passado dia 14/12/2006, submete-se a deliberação a seguinte proposta: -----

-----**Assunto: Alienação à RUMO 2020, E.M., de uma parcela de terreno com 12.320 m2**-----

-----Considerando:-----

-----Os objectivos que presidiram à criação da RUMO 2020, E.M.; -----

-----A necessidade de dotar a empresa dos meios necessários ao cabal cumprimento dos seus objectivos; -----

-----Que esses meios implicam necessariamente a disponibilidade sobre património imobiliário; -----

-----A RUMO 2020, E.M. tem interesse na aquisição de uma parcela de terreno com a área aproximada de 12.000 m2 situada na Quinta das Pratas;

Que da avaliação dessa parcela em regime de direito de superfície e pelo período de vinte e cinco anos resultou um valor estimado da mesma de 2.890.987,03 €; -----

-----Finalmente que a RUMO 2020, E.M., tem em vista a constituição de uma parceria público-privada para o melhor desenvolvimento dos seus objectivos e para esse fim poder-lhe-á ser conveniente alienar para a empresa a constituir resultante dessa parceria; -----

-----Por outro lado, o interesse do Município em que a Empresa Municipal consiga desenvolver plenamente a sua actividade como garantia da consecução dos objectivos que lhe foram traçados; -----

-----Nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro com as ulteriores alterações da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, propõe-se: -----

-----A aprovação de pedido de autorização a apresentar à Assembleia Municipal para a alienação em regime de direito de superfície à RUMO 2020, E.M., pelo período de 25 anos de uma parcela de terreno com 13.320 m2, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial do Cartaxo sob o n.º 02118/161296, inscrito na matriz sob o número 39 da mesma freguesia, a confrontar do

28/51

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

norte, sul, nascente e poente com parte subsistente do prédio, pelo valor de 2.890.987,03 €, podendo a RUMO 2020, E.M. por seu turno alienar essa mesma parcela de terreno; -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal, proposta de autorização da alienação da identificada parcela em regime de direito superfície pelo período de 25 anos, pelo valor de 3.000.000,00 €, à RUMO 2020, E.M., com a possibilidade de a mesma vir a ser alienada por esta empresa. -----

-----**SENHORA DEPUTADA ENG. LUÍSA PATO**-----

-----**Alienação de parcela de terreno RUMO 2020**-----

-----Neste contexto solicitou uma planta do terreno em causa, devidamente delimitado e com uma perspectiva do que se projecta para o mesmo e que lhe fosse cedido um relatório de avaliação do valor proposto de aproximadamente 2.890.000,00 €-----

-----Questionou sobre o prazo de 25 anos do direito de superfície se tem a ver com algum processo de hipoteca bancário ou outro. -----

-----Quanto ao terreno que vai para o activo da empresa municipal RUMO 2020, que pressupõe conforme foi referido na última Assembleia Municipal, a criação de uma parceria com um privado para a gestão e criação na construção de um Pavilhão Desportivo, enquanto munícipe, deduziu que a entrada desse dinheiro para a RUMO 2020, poderia significar uma entrada em espécie para o capital dessa parceria público/privado. -----

-----Por outro lado, em vez de a Câmara Municipal entrar com dinheiro para assumir o investimento da sua quota-parte que será os 49%, poderia o terreno entrar como um activo para essa parceria, apesar de não saber qual o modelo especificado. Solicitou um pedido de esclarecimentos quanto à possibilidade da Câmara Municipal ficar com os 3.000.000,00 €, o que em sua opinião dá a ideia de estarem a “arrecadar” mais 600 mil contos para os cofres da Câmara e daí realizar alguma receita.-----

-----Informou que votam contra a proposta porque para além das dúvidas que tem, a mesma vem contra os interesses do SLC.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR DEPUTADO DÉLIO PEREIRA, CDU**-----

-----**Alienação de parcela de terreno RUMO 2020**-----

-----Informou, em nome da bancada da CDU, que também votam contra esta deliberação, porque apesar de estarem de acordo com a construção do pavilhão, consideram que deveria ser a Câmara Municipal a construí-lo.-----

-----Frisou que estão contra a parceria público/privada com uma empresa que não sabem muito bem o que vai ser no futuro, bem como, discordou com a alienação de património durante 25 anos, o que em seu entender é exagerado.-----

-----**SENHOR DEPUTADO JOSÉ GAMEIRO DOS SANTOS, PS**-----

-----**Alienação de parcela de terreno RUMO 2020**-----

-----Em nome da bancada socialista, informou que pugnam pela concretização, daquela infra-estrutura que no futuro irá beneficiar os mais novos, os mais velhos, assim como, o Sport Lisboa e Cartaxo.-----

-----Mencionou que estão na Assembleia Municipal para discutir de uma forma lógica, com uma perspectiva de crescimento e de futuro do concelho, os investimentos e estratégias de desenvolvimento sustentado.-----

-----**SENHORA DEPUTADA ENG. LUÍSA PATO, PSD**-----

-----**Alienação de parcela de terreno RUMO 2020**-----

-----Esclareceu que o PSD não contestava a construção do Pavilhão Municipal, no entanto estranhava que não existisse um projecto apresentado aos Deputados Municipais, com a localização exacta do pavilhão.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Alienação de parcela de terreno RUMO 2020**-----

-----Informou que, naquele momento, poderá ser providenciada a planta do terreno, assim como o relatório da sua avaliação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Referiu que o modelo dos estatutos de constituição da Empresa aprovado tinha em conta um período de 25 anos e que a parceria público-privada, assentava no facto de o terreno ser um activo da Câmara Municipal que vai ser alienado em direito de superfície à Empresa Municipal, por três milhões de euros, que entrarão no Município do Cartaxo como receita -----

-----Mostrou-se disponível para agendar, com os Deputados Municipais, uma reunião para prestar algum esclarecimento relativamente ao modelo adoptado.-----

-----Por fim, acrescentou ainda que os projectos de natureza municipal, como é o caso do Pavilhão Municipal, dificilmente terão um enquadramento no próximo QREN – Quadro de Referencia Estratégica Nacional, assim como na Lei das Finanças Locais, cada vez mais intransigente, pelo que o referido modelo é alternativo legal e positivo para concretizar o investimento e, possivelmente, a gestão e exploração dos equipamentos. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o pedido de autorização de alienação de parcela de terreno em direito de superfície à RUMO 2020, E.M. nos termos das disposições conjugadas da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; com 17 votos a favor do PS, 2 abstenções do PS, 5 votos contra do PSD e 2 votos contra da CDU.-----

-----**SENHOR DEPUTADO MANUEL SALGUEIRO, PS** -----

-----**Declaração de voto:**-----

-----Esclareceu que o seu voto de abstenção não era em discordância com a extrema necessidade da infra-estrutura mas apelou para uma outra hipótese mais viável que garantisse simultaneamente os interesses dos munícipes, não prejudicando o SLC. -

PONTO 3 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO CARTAXO PARA O ANO DE 2007

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Antes de colocar o ponto três a votação e discussão deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para uma explicação circunstanciada sobre o assunto. ----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município do Cartaxo para o ano de 2007**-----

-----Sobre o orçamento referiu que o mesmo se pautava por ser um orçamento de rigor, ambição, consolidação financeira e com a apresentação de um conjunto de investimentos, estratégias e concretizações importantes, nomeadamente, a revisão do PDM, a construção de equipamentos escolares, de centros de dia, de projectos e consolidação de projectos sócio-culturais, dos diques de Valada, da compra do terreno e consolidação da Zona Industrial do Casal Branco, de saneamento, da rede viária, do Pavilhão Desportivo Municipal, entre outras. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----**Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município do Cartaxo para o ano de 2007**-----

-----Após ter solicitado a palavra ao Senhor Presidente da Mesa, disse que, os documentos previsionais constituídos pelas Grandes Opções do Plano (GOP), constituído pelo Plano Plurianual de Investimentos, o BPI, indicando igualmente a projecção para os próximos quatro anos das actividades mais relevantes, não sendo classificadas podem no entanto ter impacto no desenvolvimento económico e social do município. O Orçamento ultrapassa os trinta e dois virgula um milhões de euros com um financiamento assegurado de cerca de quinze milhões de euros, comparando com dois mil e seis é uma subida de dois vírgula seis milhões de euros, que em tempos de contenção provoca algumas interrogações. -----

-----*Será pelas receitas das rendas, onde no ano de dois mil e seis o município obteve quinhentos e sessenta e seis mil euros e em dois mil e sete propôs arrecadar oito milhões, quinhentos e catorze mil, seiscentos e cinquenta e quatro*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

euros, as rendas e a sua tipologia não estão especificadas. Ou serão os rendimentos de propriedades que em dois mil e seis foram dezasseis mil, e em dois mil e sete mais de três milhões?-----

-----Em relação às rubricas inscritas nas Grandes Opções do Plano referiu que algumas destas levantavam dúvidas de interpretação, como por exemplo:-----

-----Questionou se as obras do Ribatejo Digital não eram custeadas pela CULT, porque na página 16 constavam as transferências correntes para o Ribatejo Digital.-----

-----Questionou também, qual o montante a ser investido na sinalização turística da Lezíria do Tejo, uma vez que o Grupo Parlamentar da CDU considera estar em causa muito dinheiro.-----

-----Relativamente à página 17 onde consta a segurança e a obra pública referiu que as despesas crescem porque o equipamento básico de socorro está orçado em nove mil e duzentos euros, quando em dois mil e seis era apenas dois mil, oitocentos e cinquenta. -----

-----Quanto à educação (pág. 18), disse que a diminuição orçamentada para a beneficiação das diversas escolas do 1.º Ciclo no Ensino Básico era significativa. -----

-----Salientou que, pela primeira vez, foram incluídos pacotes de incentivos à saúde, de cerca de vinte e sete mil euros (pág. 19), que na sua opinião eram para a contratação dos médicos, mas relativamente à acção social não existe visibilidade para grandes projectos de índole social, quer na habitação social, quer na habitação a custos controlados. -----

-----Constatou que na página 21, a verba atribuída ao saneamento baixou em relação ao atribuído em 2006 e na página 22, o abastecimento de águas contemplado nas ampliações e equipamentos, que segundo se houve dizer, com a saída de Santarém as “Águas do Ribatejo” ficaram “encalhadas”. Nos resíduos sólidos houve um decréscimo significativo dos investimentos intermunicipais, apenas 5.250,00 €, enquanto em 2006 foram 50.220,00 €. -----

-----Questionou se não se comparticipa na RESIURB, se a recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos deveriam ser orçamentados.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Na página 23, apesar de repetir do geral acções que eram do ano anterior, a protecção do meio ambiente, surge com um orçamento global muito valorizado de 1.081.570,00 €, no entanto a linha de limpeza de água e a valorização do espaço natural descem para 153.000,00 €.-----

-----Na página 24, a descida mais significativa fica a dever-se à reabilitação do Cine-Teatro Municipal e acrescenta que já deveria vir com o nome correcto de Centro Cultural. -----

-----Lamentou que se continue a escrever no orçamento pagamentos relativos a 2004, 2005 e 2006 da Festa do Vinho, da publicidade, do Festival do Tejo.-----

-----Salientou o aumento do orçamento para a construção do Centro Social Ouriquense de 347.355,00 € e da sede do Rancho Folclórico do Cartaxo 282.200,00 €. Mencionou que os protocolos com as associações e colectividades apresentam 110.100,00 €, quase metade do ano anterior e que não consta no documento as comemorações dos 100 anos a Marcelino Mesquita, que estão programadas até Setembro de 2007, assim como, os programas de recriação histórica em Maio, a feitura de uma fotobiografia do Grupo de Teatro Marcelino Mesquita. -----

-----Em sua opinião, estas realizações deveriam vir devidamente orçamentadas e sugeriu abrir uma rubrica para dar formação às Associações e Colectividades. -----

-----Referiu que na página 28, o desporto, recreio e lazer desce cerca de 46%, e salientou os aumentos anuais das obras no campo de Vila Chã de Ourique (36.000,00 €), Pontével (27.000,00 €) e o Cartaxo com um aumento de 27.860,00 €. -----

-----Na página 30 referiu que encontrou um aumento orçamental mais significativo, cerca de 1.097.950,00 €, com os orçamentos da compra do terreno do Casal Branco e a construção do Parque de Negócios. -----

-----Na página 33, refere que não há referência a Valada 21 ou para a requalificação da área fluvial de Valada. -----

-----Por fim, mencionou que na página 34 a verba a transferir para as freguesias tinha aumentado que no seu entendimento dava razão à oposição, que no ano passado contestou essas medidas.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA, PSD**-----

-----**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007** -----

-----Começou a sua intervenção sobre esta matéria afirmando que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007, são claramente influenciadas, pela recente aprovação da nova Lei das Finanças Locais, na Assembleia da República, com a responsabilidade do Partido Socialista, que é altamente penalizadora para os interesses das populações do concelho do Cartaxo, designadamente pela redução das verbas transferidas do Orçamento do Estado para a autarquia. -----

-----Bem como pelo início de um novo Quadro Comunitário de Apoio (QREN), sem que objectivamente ainda sejam conhecidos quais os projectos municipais que podem ter acolhimento no co-financiamento comunitário. -----

-----Tendo analisado os documentos que integram as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2007, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo, consideram que: -----

-----O conjunto das propostas que são submetidas à apreciação, à discussão e à votação, mantém a tendência, já apontada em anos anteriores, sem que a Câmara Municipal do Cartaxo tenha aproveitado esta rara oportunidade, para promover uma significativa consolidação orçamental, designadamente na redução da despesa supérflua;-----

-----A actual gestão municipal, apesar de ter consciência das dificuldades para onde dirigiu as contas municipais, não tem a determinação e a coragem para inverter a situação orçamental da Câmara, gastando muito menos em 2007 do que gastou em 2006. Mas pela Proposta Orçamental que foi apresentada, as Despesas Correntes são em muito superiores à do ano anterior (15.203.295,00 Euros em 2007 contra 11.531.810,00 Euros em 2006);-----

-----Ainda neste contexto da Despesa Corrente, e numa perspectiva mais global, a situação financeira da Câmara Municipal do Cartaxo vai aumentando os sinais de degradação, porque a sua Despesa Corrente tem progressivamente crescido, sem que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

a correspondente Receita Corrente cresça ao mesmo ritmo. A introdução de dois novos Impostos sobre os Imóveis (IMI e IMT) veio atenuar o problema;-----

-----Ao longo dos últimos anos foi aumentando o prazo médio de pagamento aos fornecedores, como o demonstram os sucessivos Relatórios e Contas da CMC pelo que o Município tem vindo a acumular dívidas, não cumprindo com o pagamento de facturas pendentes de anos anteriores, não conseguindo cumprir com os Protocolos que livremente assina com as Colectividades, as Associações e as Juntas de Freguesia;-----

-----Por outro lado, o endividamento da Câmara Municipal também já apresenta contornos preocupantes, pelo que ficamos na expectativa relativamente ao anúncio dos resultados da aplicação da nova Lei das Finanças Locais sobre a actual capacidade de endividamento da CMC, designadamente pelos recursos à utilização do “*leasing*” e do “*factoring*”; -----

-----**Quanto à Receita:** -----

-----De acordo com a prática deste executivo que lidera a CMC o orçamentado normalmente nunca é executado. Nem sequer por aproximação.

-----Na perspectiva da Receita Total a expectativa da CMC para 2007 é obter cerca de 10 milhões de Euros mais de Receitas Correntes e receber menos quase 8 milhões de Euros de Receitas de Capital. -----

-----Na decomposição da Receita Corrente e Receita de Capital conclui-se que:-----

-----A CMC prevê arrecadar 2/3 do total da Receita por via da Receita Corrente (mais de 21 milhões de Euros), esperando que o 1/3 restante provenha da Receita de Capital (cerca de 10 milhões de Euros). -----

-----Na rubrica “Rendimentos de Propriedade” há uma importância referente a rendas de terrenos inscrita pelo montante de 3.002.360, de Euros referente à alienação de um terreno à “Empresa Municipal Rumo 2020”, e que é sujeitada a aprovação na sessão desta Assembleia Municipal. -----

-----Com a introdução da nova Lei das Finanças Locais, as “Transferências Correntes” do Orçamento do Estado para a CMC têm novas designações (Fundo de Equilíbrio Financeiro; Fundo Social Municipal e Participação Fixa do IRS) e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

correspondem ao total de 3.246.741, de Euros. Na comparação com o ano passado (2006) estas transferências do Orçamento do Estado totalizavam 3.516.716, de Euros, pelo que em 2007 há uma quebra de receita de menos 269.975, de Euros;-----

-----A proposta orçamental contém a expectativa da antecipação de receitas da EDP, inscrita nas “Rendas”, pelo montante de cerca de 7 milhões de Euros. Esta proposta já foi aprovada em reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal, com o objectivo de pagar aos fornecedores. Todavia, subsiste a dúvida sobre se esta operação obterá (ou não) a aprovação do Tribunal de Contas. Na eventualidade de esta operação não merecer o acordo do Tribunal de Contas, terá de se deduzir ao total da receita de 31.876.660, de Euros o montante de cerca de 7 milhões de Euros, pelo que a Receita Total se reduzirá para apenas 24.876.660, de Euros; -----

-----Nas Receitas de Capital, na rubrica “Venda de Bens” está incluída a verba de 5.403.100, de Euros para a qual não encontrámos justificação adequada;-----

-----**Quanto à Despesa:** -----

-----De acordo com a prática recente desta CMC o orçamentado normalmente nunca é executado. Nem sequer por aproximação. Em 2003 e 2004 a execução orçamental (o que de facto foi concretizado no Orçamento) superou sempre os 91%. ---

-----Neste contexto enquadrador, vejamos quais são as Principais rubricas da Despesa que são propostos pela CMC para 2007. -----

-----De acordo com esta proposta orçamental conclui-se, resumidamente, que em comparação com o Orçamentado em 2006: -----

-----As despesas com “Pessoal” crescem 10,4% e aumentam em cerca de 600 mil Euros, em 2007. Se a esta conclusão associarmos o crescimento que as despesas com “Pessoal” já tinham tido em 2006, em cerca de 20%, podemos constatar o total descontrolo que esta rubrica apresenta. -----

-----As despesas com a “Aquisição de Serviços” crescem 69,7% e aumentam em mais de 2 milhões de Euros. Depois de uma tentativa de contenção desta despesa em 2006 com -5,9% o ano de 2007 regista um aumento pouco justificável e recomendável; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Os “Juros da Dívida” aumentam 95,9%, ou seja quase duplicam, crescendo em 430 mil Euros. Em 2006 já tinham tido um crescimento de 58,5% o que justifica as nossas preocupações com esta rubrica; -----

-----Todavia, pode-se fazer um esforço adicional para interpretar o Orçamento e verificar como vão ser concretizadas algumas Despesas Correntes. -----

-----O aumento de cerca de 600 mil Euros na rubrica de “Pessoal” é atribuído, essencialmente, ao SPCBM com mais 240 mil Euros. -----

-----Relativamente às despesas com “Horas Extraordinárias” constata-se um aumento muito significativo no pagamento de “Horas Extraordinárias”, num total superior a 240 mil Euros, sendo parte substancial dirigida para o SPCBM (cerca de 120 mil Euros de acréscimo). -----

-----As despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” vão aumentar quase 2 milhões e 200 mil Euros, sendo a DDASC com um aumento de mais de 800 mil Euros e a componente política da CMC com cerca de 470 mil Euros os principais beneficiários destes aumentos. -----

-----Na desagregação entre a “Aquisição de Bens” e a “Aquisição de Serviços” podemos ainda constatar os aumentos das seguintes rubricas:-----

----- Material de Escritório – aumento de 90 mil Euros; -----

-----Comunicações – aumento de mais de 100 mil Euros; -----

-----Estudos e Pareceres, Projectos e Consultoria – aumentam cerca de 150 mil Euros; -----

-----Outros Serviços – aumenta cerca de 550 mil Euros; -----

-----Apesar dos consecutivos alertas que temos feito, verifica-se neste Orçamento uma tentativa para a redução da despesa com “Publicidade”. -----

-----Vamos ficar atentos à evolução desta rubrica ao longo de 2007 e à sua consequente execução orçamental. -----

-----Continuando no âmbito das Despesas Correntes a CMC sofrerá um forte agravamento nesta rubrica, designadamente pelo aumento (respectivamente) de 449.310, Euros para 879.990, Euros o que consideramos manifestamente elevado. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Finalmente, no contexto das “Transferências Correntes” registamos com agrado o aumento das transferências para Freguesias, em 2007, em cerca 200.580, Euros verificando-se uma recuperação relativamente aos fortes cortes que se tinham verificado em 2006.-----

----- Plano Plurianual de Investimentos (PPI)-----

-----Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), documento que integra a proposta de Orçamento da CMC para 2007, está prevista uma dotação total de 15.004.760, Euros destinada ao Investimento Municipal.-----

-----Da análise que fizemos ao PPI, constatamos que há Projectos cujas obras já terminaram, mas ainda continuam a ser orçamentadas verbas para eles. Daí que existam despesas de anos anteriores que se mantêm cabimentadas nos anos seguintes, fazendo com que uma parte da receita deste Orçamento fique cativa, logo à partida. ----

-----Constata-se também que a CMC não consegue cumprir com os compromissos financeiros assumidos com os fornecedores. -----

-----Na proposta de Orçamento para 2007, há um significativo número de pagamentos por realizar e que são respeitantes a anos anteriores e que podem ser identificados nas Actividades Mais Relevantes para 2007, (acontecendo que alguns destes compromissos já transitam do Orçamento do ano passado) como são por exemplo:-----

-----Festa do Vinho/Festival do Vinho de 2005; -----

-----Festival do Tejo de 2004; -----

-----ExpoCartaxo/Feira dos Santos de 2005; -----

-----Por outro lado, a CMC está a deixar que os Protocolos com as forças vivas do concelho (Associações, Colectividades e Juntas de Freguesia) se tornem ingovernáveis para os beneficiários porque há um atraso significativo em anos anteriores e que transitam para a presente Proposta de Orçamento de 2007.-----

-----Há várias Rubricas classificadas que nos deixam dúvidas quanto à sua efectiva concretização e quanto ao seu carácter, designadamente o “Arranjo dos Espaços Exteriores do Largo do Lazer na Lapa” que teve cabimentação em 2006. Trata-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

se de um Projecto de 2006 que não estava nem previsto nem cabimentado em 2005. Então esta obra não foi já realizada e concluída em véspera de eleições autárquicas? ---

-----Ainda no que diz respeito às Actividades Mais Relevantes (AMR) para 2007 e às verbas que aí se encontram previstas para sua realização, considera-se que não existe qualquer nexo de realidade com a prática corrente na realização destes eventos. A título de exemplo, não estão contempladas as tradicionais realizações da Rainha das Vindimas, das Comemorações do 25 de Abril, das férias desportivas, ou ainda das Noites de Verão.-----

-----Ainda relativamente ao Investimento que é proposto, ele merece o nosso descontentamento, atendendo às várias propostas que têm sido feitas tradicionalmente pelo PSD, e que não têm acolhimento no Orçamento para 2007 como são, por exemplo, o Arquivo Municipal, a construção do edifício sede do Sport Lisboa e Cartaxo, a construção de Equipamentos Desportivos Polivalentes na Lapa e em Vale da Pedra. ----

-----Por todas as razões atrás expostas, os Deputados do PSD na Assembleia Municipal do Cartaxo **votam contra** a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, apresentados para 2007. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município do Cartaxo para o ano de 2007”, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, com as ulteriores alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; com 18 votos a favor do PS, 5 votos contra do PSD, e 1 voto contra da CDU. -----

PONTO 4: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO PELO MUNICÍPIO DO CARTAXO DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA EIM – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE CAPITALS MAJORITAMENTE PÚBLICOS PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO PÚBLICO E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS DA LEZÍRIA DO TEJO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**Águas do Ribatejo**-----

-----Informou que a CULT propôs à Câmara Municipal que deliberasse solicitar à Assembleia Municipal, autorização de subscrição pelo Município do Cartaxo de uma participação no capital social da EIM – Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente públicos, para a gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de águas para consumo público e saneamento dos Municípios da Lezíria do Tejo, no valor de 1.139.121,43 €.-----

-----Informou que a posição colocada ao executivo foi no sentido de aprovar a entrada do município do Cartaxo nas “Águas do Ribatejo” desde que cumpridos os pressupostos iniciais, que estiveram subjacentes à criação de empresa “Águas do Ribatejo”, impreterivelmente a participação dos 9 Municípios que estiveram na origem do processo, manutenção dos investimentos previstos para o concelho, tarifário estipulado de cariz social e aprovação dos financiamentos.-----

-----Neste contexto o executivo deliberou por unanimidade, conceder autorização à CMC para subscrever naquelas condições a participação no capital social da EIM e solicitar a referida autorização à Assembleia Municipal.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----**Águas do Ribatejo**-----

-----Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal quanto à entrada de seis milhões de euros por parte do privado.-----

-----Esclareceu ainda que as reservas mentais não são da parte do PSD, mas do PS e mais a falta de financiamento para as águas trata-se de uma incompetência da CULT, de que o Dr. Paulo Caldas é o Vice-Presidente da Junta.-----

-----Na sua opinião, o processo estava inquinado desde o principio porque há três anos e meio que falta o dinheiro para as águas.-----

-----Acrescenta que quando o Sr. Presidente levou este assunto a Assembleias Municipais e reuniões do Executivo anteriores já sabia que não iria haver

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

financiamento para o Fundo das Águas, tal como foi posteriormente dito pelo Sr. Vice-Presidente da CULT que, em 2004, já era do conhecimento geral.-----

-----Questionou o Sr. Presidente, enquanto Vice-Presidente da CULT, se disse aos colegas da Junta quando apresentassem as deliberações para aumento de capital nos seus executivos para colocarem esses quatro princípios, nomeadamente a condição do Município de Santarém integrar o projecto “Águas do Ribatejo”? -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Interveio afirmando que o Dr. Sousa Gomes, dentro da CULT, considerou as condições perfeitamente normais e citou que *“efectivamente essas condições eram tão normais não só para a Câmara do Cartaxo como estendia-as a todos os Municípios”* porque *sem a satisfação das mesmas, as “Águas do Ribatejo” não faziam sentido*”.-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Relembrou as palavras do Sr. Presidente a doze de Janeiro de 2004 na reunião de Câmara a uma pergunta do Dr. Vasco Cunha. Leu o seguinte: -----

-----*“Se a Câmara de Santarém não aderisse, a empresa intermunicipal mesmo assim iria para a frente?”*, e o Sr. Presidente respondeu *“essa situação teria que ser avaliada pela Associação de Municípios”*. Frisou que, na altura o Senhor Presidente não viu qualquer inviabilidade se a Câmara Municipal de Santarém não aderisse, ao contrário do passado, tanto mais que remeteu o assunto para a Associação de Municípios, mas actualmente fazia depender a continuação de Santarém no referido projecto. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Esclarece que este assunto foi discutido no âmbito da Associação Nacional de Municípios. -----

-----Questiona a Deputada Municipal se tem dúvidas de que não estariam à espera da decisão da Câmara Municipal de Santarém. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o pedido de subscrição nos termos propostos pelo Município do Cartaxo de participação no capital social da EIM – Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente Públicos para a Gestão e Exploração dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e Saneamento dos Municípios da Lezíria do Tejo, com 17 votos a favor do PS, 5 abstenções do PSD e 2 votos a contra da CDU. -----

PONTO N.º 5 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESENCADear TODOS OS PROCEDIMENTOS INERENTES AO MASTER PLAN, PLANOS DE PORMENOR E ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DO PARQUE DE NEGÓCIOS VALLEYPARK

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Informou que o pedido em questão visa despoletar todos os procedimentos para a consolidação do parque de negócios e que o principal objectivo será a concretização do parque de negócios dentro de dois a três anos.-----

-----**SENHOR DEPUTADO VASCO CUNHA, PSD**-----

-----Colocou três questões ao Sr. Presidente: -----

-----Solicitou que lhe fizessem chegar uma cópia da redacção final do Acordo Parassocial, uma vez que foi feita constituição.-----

-----Quem irá pagar o Valleepark com um custo de 720 mil euros?-----

-----Solicitou um pedido de informação sobre a adesão da Câmara Municipal de Santarém à empresa. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Relativamente à segunda questão, informou que o Valleepark é financiado com fundos próprios. -----

-----Quanto ao pedido de informação, esclareceu que a Câmara de Santarém vai fazer o plano de pormenor para a área, do ponto de vista do ordenamento. -----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Questionou o Sr. Presidente sendo a Valleepark é uma empresa de capitais maioritariamente privados, se não deveria ser a mesma enquanto empresa constituída a solicitar à Câmara Municipal autorização para proceder a estes estudos? --

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Respondeu que o que está concretamente em causa é o interesse do Município do Cartaxo, para se despoletar um Masterplan e planos de pormenor, afim de consolidar o parque de negócios. Esclarece que os Planos de Pormenor são de iniciativa municipal e, como tal, é da competência do Município desenvolver todo o procedimento. Referiu que esta parceria irá despoletar processos, projecto de Plano de Pormenor, apresentação em CCDRLVT, ou seja, todo o projecto terá de ter esta iniciativa municipal. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de autorização para desencadear todos os procedimentos inerentes ao Master Plan, planos de pormenor e estudo de impacte ambiental do Parque de Negócios Valleepark, com 18 votos a favor do PS, 5 votos a favor do PSD e 2 votos a favor da CDU.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

PONTO 6 – PLANO MUNICIPAL – DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

----- Começou a sua intervenção por destacar este Plano Municipal de Defesa da Floresta por ser o 1.º a nível do concelho. Salientou o facto de não estarmos inseridos numa área predominantemente florestal, mas mesmo assim foi desenvolvido um trabalho notável nesta área.-----

-----Destacou os pontos do Plano: um enquadramento geográfico do Concelho, a localização, o clima, o quadro morfo-estrutural, a hidrografia, a ocupação dos solos e aspectos socioeconómicos. No historial dos incêndios, a média de incêndios e a área ardida. O levantamento das infra-estruturas, os pontos de água, as redes de viária e a rede ferroviária. No levantamento de meios e recursos, destacou novamente o trabalho excelente aqui desenvolvido, quer pelos Bombeiros, quer pela Câmara Municipal e particulares. Definição de áreas de intervenção prioritária, risco de incêndio e plano de acções a desenvolver no futuro. -----

-----Felicitou todo o executivo da Câmara Municipal, destacando em particular o trabalho notável do seu adjunto Senhor Carlos Cláudio e Senhor Fernando Ramos assim como o Senhor Comandante dos Bombeiros Municipais, nesta área. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----Referiu que sobre o Plano Municipal na Defesa da Floresta contra Incêndios, os municípios que não entregarem até ao final do ano os Planos de Prevenção de Incêndios Florestais incorrem em coimas de 70 mil euros, segundo uma informação do Ministério da Agricultura. Informa que as autarquias estão a beneficiar de um alargamento, uma vez que o prazo terminava a 30 de Novembro. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----Constata que é um documento com bastante informação, contendo dados públicos e privados, cartas de rede viária e uma carta de enquadramento dos concelhos vizinhos.-----

-----Considerou bem elaborada a documentação apresentada, o que no entender da CDU deveria ser enquadrada numa política regional de defesa contra incêndios.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a aprovação do Plano Municipal – Defesa da floresta contra incêndios, com 18 votos a favor do PS, 5 votos a favor do PSD e 2 votos a favor da CDU.-----

PONTO 7: REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ESTÁDIO MUNICIPAL

-----SENHOR PRESIDENTE DA MESA -----

-----**Regulamento da utilização e funcionamento do Estádio Municipal** ---

-----Informou que esgotado o prazo para inquérito público previsto nos termos do Código do Procedimento Administrativo, os presentes regulamentos em análise não foram objecto de recomendações ou sugestões públicas, motivo pelo qual não foram os mesmos distribuídos, uma vez que são do conhecimento dos Senhores Deputados os projectos de regulamento previamente aprovados por este órgão. Neste sentido é da competência da Assembleia Municipal aprovar a sua versão final. -----

-----SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD-----

----- Constatou que o pedido efectuado na última Assembleia Municipal, sobre um ponto do regulamento que “*proíbe a entrada de pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas*”, o Sr. Eng. Francisco Casimiro disse que iria analisar o processo do ponto de vista jurídico, afim de poder ser retirado do regulamento.-----

-----Concluiu que como não houve alterações no regulamento, o pedido não foi aceite e como tal vota contra.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Esclareceu que o processo foi estudado juridicamente e se apresenta como está, porque a lei configura este tipo de configuração tal como está no regulamento. -----

-----Concluiu que não há razão para o aproveitamento desta matéria para acções discriminatórias, uma vez que a lei a configura tal como está. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, o Regulamento de utilização e funcionamento do Estádio Municipal após inquérito público nos termos do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, com 18 votos a favor do PS, 5 votos abstenções do PSD e 2 votos a favor da CDU.-----

-----**Declaração de voto**-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Informou que a bancada do PSD se absteve, porque a sua apreciação vai no sentido de respeitar a lei portuguesa, todavia concordam que fosse apenas proibido o acesso e utilização quando houvesse actividades de contacto físico.-----

-----Referiu não achar correcto discriminar as pessoas, se por exemplo, uma pessoa portadora de uma doença infecto-contagiosa quisesse fazer uma corrida no campo.

-----Mencionou que também é difícil confirmar ou não quem tem doenças infecto-contagiosas, a não ser que a pessoa tome a iniciativa de o dizer. -----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Acrescentou que sobre esta matéria a Lei prevê claramente, que sejam apresentados atestados médicos, para a prática de qualquer modalidade desportiva. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

PONTO 8 – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE DESCARGAS DE ÁGUAS INDUSTRIAIS NO SISTEMA DE DRENAGEM PÚBLICA NO CONCELHO DO CARTAXO, APÓS INQUÉRITO PÚBLICO NOS TERMOS DO ARTIGO 118.º DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, o Regulamento de descargas de águas industriais no sistema de drenagem público do concelho do Cartaxo, após inquérito público nos termos do artigo 118.º do Código de Procedimento Administrativo, com 18 votos a favor do PS, 5 votos abstenções do PSD e 2 votos a favor da CDU. -----

-----**Declaração de voto**-----

-----**SENHORA DEPUTADA LUÍSA PATO, PSD**-----

-----Informou que as 5 abstenções, seguem o mesmo sentido de voto aquando da discussão do projecto de regulamento.-----

PONTO 9 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA MUNICIPAL TOMADA EM 04/02/2006, DO PEDIDO DE ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DO CARTAXO PARA O ANO 2007

-----**SENHOR DEPUTADO JOÃO CUSTÓDIO, PS** -----

-----Questionou o facto de a Praça de Touros não constar na Tabela e se a mesma é objecto de licença, taxa ou concursos. -----

-----Desafiou o Executivo Camarário para que não taxasse mais a Praça de Touros, porque se corre o risco de acabarem os espectáculos tauromáquicos no concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO COITO, CDU**-----

-----Solicitou esclarecimentos relativamente à publicidade, referida na página 15, não constar aquela que ultimamente começou a surgir nas barras metálicas junto às passagens para peões.-----

-----Questionou se esse tipo de publicidade estava isenta.-----

-----Também questiona se o canil referido na página 33, segundo o que leu ia ter um forno crematório.-----

-----**SENHORA VERADORA RUTE OURO, PS**-----

-----Quanto à Praça de Touros, respondeu que não está taxada e que fizeram apenas uma concessão por espectáculo. Referiu que no 1º trimestre de 2007 proceder-se-á a uma reformulação da Tabela de taxas e licenças já com as novas competências da lei do orçamento de estado para 2007 e far-se-á ainda novo procedimento público de adjudicação da Praça de Touros.-----

-----Esclareceu que a publicidade, é paga na Câmara do Cartaxo, tal como qualquer publicidade por m2 e que os investimentos feitos nas barras metálicas são da responsabilidade do explorador, pois foi ele que investiu e é ele que está a fazer a cedência, mas a taxa é paga à Câmara do Cartaxo.-----

-----Relativamente ao canil municipal, esclareceu que estão em negociações com a empresa que forneceu o forno crematório, o qual não se encontra devidamente homologado, mas estão a envidar todos os esforços no sentido de adquirirem um equipamento devidamente credenciado que permita dar resposta a todas as solicitações e obviamente cobradas taxas por esse serviço.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, o pedido de actualização da tabela de taxas, licenças e outras receitas do Município do Cartaxo para o ano 2007, com 17 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD e 2 votos a favor da CDU.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Informou que iria dar a palavra ao Sr. Abner Manuel Vaz Mendes Correia que apresentou nos termos do artigo 19.º do regimento, um pedido de intervenção.-----

-----**SENHOR ABNER MANUEL VAZ MENDES CORREIA**-----

----- Cumprimentou os presentes e informou que a sua intervenção tem dois pontos. -----

-----Um primeiro, quanto à urbanização da rua do Olival (Ereira), saber qual o ponto da situação e obter esclarecimentos sobre o porquê de ainda não ter sido concluída, o que tem lesado não só os moradores como os utentes daquela via. -----

-----Um segundo, sobre a recuperação do pavilhão ou pré-fabricado existente na Escola Primária da Ereira, que tem dificultado o desenrolar de actividades pós escolares, como a ocupação das crianças no fim da época escolar, a realização de actividades extracurriculares.-----

-----**SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Esclarece o Município que o executivo reconhece os atrasos significativos, mas de alguma forma justificados, no âmbito do projecto Rua do Olival, com a agravante da empresa adjudicatária ter falido. O que obrigou a escolha do segundo concorrente. Lembra que toda a burocracia e problemas técnicos condicionaram a conclusão da empreitada da Rua do Olival há cerca de um ano e disse que a obra iria iniciar-se brevemente. -----

-----Relativamente à Escola Primária da Ereira, informou que a beneficiação das instalações está a ser tratada pela Vereadora, que tem as Freguesias e as Escolas, assim como, pela Presidente de Junta da Ereira. Pensa que no próximo ano, haverá condições para essa intervenção e beneficiação estar concluída, afim de ter a tal valência que é pretendida.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

ACTA N.º 11 DE 21/12/2006

-----**SENHOR PRESIDENTE DA MESA**-----

-----Questionou se algum dos presentes se opunha à aprovação da acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO – As deliberações constantes desta acta foram aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes, com excepção daquelas onde se faz menção expressa do contrário.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata.-----

ENCERRAMENTO – Terminada a intervenção do público o Senhor Presidente de Mesa, agradeceu a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, comunicação social, público e desejou um feliz Natal e prospero ano novo extensivo a todos os munícipes do concelho. -----

-----E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu como encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e para constar se lavrou a presente acta, e eu, Maria de Lourdes Ouro Martins Sardinha, a redigi e vou assinar, junto do Presidente em exercício. -----
